

STJ00106403

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO  
THIAGO MARRARA  
*Coordenadores*

# LEI ANTICORRUPÇÃO COMENTADA

2ª edição

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2018

© 2017 Editora Fórum Ltda.  
2018 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,  
inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L525

Lei Anticorrupção comentada / Maria Sylvania Zanella Di Pietro, Thiago Marrara (Coord.). 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

365p.; 17cm x 24cm

ISBN: 978-85-450-0575-9

1. Direito Público. 2. Direito Administrativo. 3. Corrupção I. Di Pietro, Maria Sylvania Zanella. II. Marrara, Thiago. III. Título.

CDD 341  
CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella; MARRARA, Thiago (Coord.). *Lei Anticorrupção comentada*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 365p. ISBN 978-85-450-0575-9.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	13
<b>COMENTÁRIOS AO ART. 1º</b>	
<b>Maurício Zockun</b> .....	15
1.1 As relevantes inovações trazidas pela denominada Lei Anticorrupção .....	15
1.2 A responsabilização sancionatória objetiva da pessoa jurídica pela Lei nº 12.846....	16
1.3 A responsabilização sancionatória da pessoa jurídica.....	17
1.4 A responsabilização sancionatória objetiva da pessoa jurídica.....	18
1.5 A <i>responsabilização objetiva</i> da pessoa jurídica pela Lei Anticorrupção.....	19
1.6 Competência legislativa para edição da Lei Anticorrupção .....	19
<b>COMENTÁRIOS AO ART. 2º</b>	
<b>José Roberto Pimenta Oliveira</b> .....	21
2.1 Finalidade estruturante do dispositivo na Lei nº 12.846/2013.....	21
2.2 Responsabilidade subjetiva e objetiva de pessoas jurídicas no ordenamento jurídico .....	24
2.3 Responsabilidade objetiva, no plano da responsabilização civil, na Lei nº 12.846....	27
2.4 Responsabilidade objetiva e Programas de Integridade .....	33
2.5 Requisitos da responsabilidade objetiva na Lei nº 12.846 .....	35
2.6 Exclusão da responsabilidade objetiva prevista na Lei nº 12.846/2013 .....	39
2.7 Objetivação, responsabilização administrativa <i>stricto sensu</i> e responsabilidade por ato de improbidade administrativa estabelecida na Lei nº 12.846 .....	42
<b>COMENTÁRIOS AO ART. 3º</b>	
<b>José Roberto Pimenta Oliveira</b> .....	47
3.1 Responsabilidade individual na Lei nº 12.846: relevância na sistematização legal...	47
3.2 A definição do fundamento subjetivo da responsabilidade de dirigentes ou administradores da pessoa jurídica.....	52
3.3 A responsabilidade individual de quaisquer outras pessoas atreladas à prática do ato lesivo.....	54
3.4 Autoria, coautoria e participação.....	56
3.5 Culpabilidade e sua relevância exclusiva para a responsabilidade individual .....	57
<b>COMENTÁRIOS AO ART. 4º</b>	
<b>José Roberto Pimenta Oliveira</b> .....	61
4.1 A transmissibilidade da responsabilidade legal.....	61
4.2 Alteração contratual e inexistência de repercussão no âmbito pessoal da responsabilização .....	65

4.3	Alteração da tipologia societária da pessoa jurídica: transformação societária.....	65
4.4	Extinção da pessoa jurídica: incorporação .....	66
4.5	Extinção da pessoa jurídica: fusão .....	70
4.6	Possível extinção da pessoa jurídica: cisão.....	71
4.7	Consequências da simulação ou fraude comprovada nas operações societárias .....	72
4.8	Responsabilidade solidária entre sociedades controladoras/controladas e coligadas.....	73
4.9	Responsabilidade solidária entre sociedades consorciadas.....	76
4.10	Responsabilidade solidária e integral pelos valores devidos, a título de reparação, multa e perdimento, nas hipóteses do art. 4º, §2º.....	78

#### COMENTÁRIOS AO ART. 5º

<b>Fabício Motta, Spiridon Nicofotis Anyfantis.....</b>	<b>81</b>
5.1 Administração Pública e atividade sancionadora .....	82
5.2 Direitos fundamentais e atividade sancionadora da Administração .....	86
5.3 Princípio da legalidade e atividade sancionadora da Administração: acepções e transformações do princípio da legalidade.....	87
5.4 A responsabilização das pessoas jurídicas .....	89
5.5 Infrações de mera conduta.....	91
5.6 Sujeitos ativos .....	91
5.7 Sujeito passivo .....	92
5.8 Bens jurídicos protegidos – comentários aos incs. I a V.....	92
5.9 Administração Pública estrangeira.....	109
5.10 Agente público estrangeiro.....	111

#### COMENTÁRIOS AO ART. 6º

<b>Maria Sylvia Zanella Di Pietro.....</b>	<b>113</b>
6.1 Breves considerações sobre a Lei Anticorrupção.....	113
6.2 Responsabilização administrativa e judicial .....	115
6.3 Competência para definição das sanções administrativas.....	116
6.4 Das sanções administrativas na Lei Anticorrupção .....	116
6.5 Do dever de reparar o dano.....	118
6.6 Da motivação da sanção.....	118
6.7 Da pena de multa .....	120
6.8 Da publicação extraordinária da decisão condenatória .....	121

#### COMENTÁRIOS AO ART. 7º

<b>Maria Sylvia Zanella Di Pietro.....</b>	<b>123</b>
7.1 Dosimetria das sanções .....	123

#### COMENTÁRIOS AO ART. 8º

<b>Irene Patrícia Nohara.....</b>	<b>127</b>
8.1 Processo administrativo de responsabilização – PAR .....	127

8.2	Competência para instauração e julgamento do PAR .....	128
8.3	Contraditório e ampla defesa .....	131
8.4	Competência concorrente da Controladoria-Geral da União – CGU.....	133
8.5	Similaridades entre o PAR e o PAD e a investigação preliminar em face da sindicância.....	134

#### COMENTÁRIOS AO ART. 9º

<b>Irene Patrícia Nohara</b> .....	137
9.1 Atos praticados contra a Administração Pública estrangeira.....	137
9.2 Questões envolvendo jurisdição .....	139

#### COMENTÁRIOS AO ART. 10

<b>Irene Patrícia Nohara</b> .....	141
10.1 Comissão do PAR.....	141
10.2 Regras para as intimações.....	145
10.3 Direito ao conhecimento como corolário do contraditório.....	145
10.4 Medidas judiciais .....	146
10.5 Suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo.....	147
10.6 Prazo de conclusão.....	149
10.7 Relatório da comissão.....	149

#### COMENTÁRIOS AO ART. 11

<b>Irene Patrícia Nohara</b> .....	151
11.1 Prazo para defesa .....	151

#### COMENTÁRIOS AO ART. 12

<b>Irene Patrícia Nohara</b> .....	153
12.1 Julgamento da autoridade competente.....	153

#### COMENTÁRIOS AO ART. 13

<b>José Roberto Pimenta Oliveira</b> .....	155
13.1 A integralidade do dano material e moral decorrente da prática de atos de improbidade pela PJ .....	155
13.2 Identidade categorial do “processo administrativo específico” da Lei nº 12.846/2013 .....	157
13.3 A processualização do dever administrativo de apuração e quantificação do dano causado .....	160
13.4 Independência relativa entre processo administrativo específico de reparação de danos (PERD) e processo administrativo de responsabilização (PAR).....	164
13.5 Processo administrativo específico e responsabilidade civil objetiva .....	166
13.6 Finalização do processo administrativo específico com o pagamento da dívida.....	167
13.7 O não pagamento da dívida e a possível inscrição do crédito na dívida ativa da Fazenda Pública.....	168

## COMENTÁRIOS AO ART. 14

<b>Maurício Zockun</b> .....	171
14.1 Desconsideração da personalidade jurídica.....	171

## COMENTÁRIOS AO ART. 15

<b>Wallace Paiva Martins Júnior</b> .....	173
15.1 Dever de comunicação ao Ministério Público.....	173
15.2 Momento da comunicação.....	176
15.3 Ausência de comunicação ou comunicação a destempo.....	179
15.4 Comunicação antecipada e imediata.....	181
15.5 Âmbito de aplicação da norma.....	181
15.6 Providências do Ministério Público.....	182

## COMENTÁRIOS AO ART. 16

<b>Thiago Marrara</b> .....	187
16.1 Acordo de leniência: definição e características gerais.....	188
16.2 Fatores extrajurídicos para o bom funcionamento da leniência.....	189
16.3 Classificação dos acordos de leniência no Brasil.....	191
16.4 Art. 16: normas gerais para leniência em infrações de corrupção.....	193
16.5 Panorama das normas e deficiências do art. 16.....	194
16.6 MP nº 703: tentativa frustrada de modificação do programa de leniência.....	195
16.7 Regulamentação da leniência na esfera federal: avanços e problemas do Decreto nº 8.420/2015 e da Portaria Interministerial CGU/AGU nº 2.278/2016.....	197
16.8 Competência para celebração do acordo.....	201
16.9 Competência subsidiária do Ministério Público.....	203
16.10 Celebração conjunta ou isolada do acordo.....	204
16.11 Fases da leniência.....	207
16.12 Qualificação e proposta.....	208
16.13 Negociação, razoabilidade, boa-fé e prescrição.....	210
16.14 Negociação fracassada: efeitos expressos e implícitos.....	213
16.15 Celebração do acordo: requisitos expressos e implícitos.....	216
16.16 Celebração do acordo: consequências.....	219
16.17 Descumprimento do acordo: efeitos.....	221
16.18 Cumprimento da leniência: benefícios.....	222
16.19 Extensão aos membros do grupo econômico.....	225

## COMENTÁRIOS AO ART. 17

<b>Cristiana Fortini</b> .....	229
17.1 Introdução.....	229
17.2 Acordo de leniência: origens, paralelos e contornos principais.....	230
17.3 Os acordos de leniência na Lei nº 12.846/13.....	232
17.4 Conclusões.....	238

## COMENTÁRIOS AO ART. 18

<b>Maria Sylvia Zanella Di Pietro</b> .....	239
18.1 Da responsabilização judicial.....	239
18.2 Da competência legislativa em matéria de responsabilização judicial.....	240
18.3 Independência na responsabilização administrativa e judicial.....	240

## COMENTÁRIOS AO ART. 19

<b>Maria Sylvia Zanella Di Pietro</b> .....	243
19.1 Das sanções de natureza civil.....	243
19.2 A questão da cumulatividade de sanções.....	247
19.3 Da indisponibilidade de bens.....	249

## COMENTÁRIOS AO ART. 20

<b>Wallace Paiva Martins Júnior</b> .....	251
20.1 Aplicação judicial das sanções administrativas.....	251
20.2 Caracterização da omissão condicionante.....	252
20.3 Recusa do Ministério Público.....	253
20.4 Acordo de leniência e ação civil pública.....	254

## COMENTÁRIOS AO ART. 21

<b>Wallace Paiva Martins Júnior</b> .....	257
21.1 Ação civil pública.....	257
21.2 Inquérito civil.....	258
21.3 Provimentos típicos e atípicos.....	259
21.4 Ressarcimento do dano.....	260

## COMENTÁRIOS AO ART. 22

<b>Wallace Paiva Martins Júnior</b> .....	263
22.1 Cadastro Nacional de Empresas Punidas.....	263
22.2 Âmbito de abrangência.....	266
22.3 Conteúdo.....	267
22.4 Cadastramento de acordos de leniência.....	268
22.5 Exclusão e temporariedade.....	268

## COMENTÁRIOS AO ART. 23

<b>Wallace Paiva Martins Júnior</b> .....	271
23.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.....	271
23.2 Norma regulamentar.....	271

## COMENTÁRIOS AO ART. 24

<b>Maria Sylvia Zanella Di Pietro</b> .....	273
24.1 Destino da multa e dos bens.....	273

## COMENTÁRIOS AO ART. 25

<b>Fabício Motta, Spiridon Nicofotis Anyfantis.....</b>	<b>275</b>
25.1 Introdução .....	275
25.2 Conceito de prescrição.....	276
25.3 A prescrição em processos administrativos .....	276
25.4 A prescrição na Lei nº 12.846/13.....	277
25.5 Termo inicial da prescrição .....	279
25.6 Interrupção da prescrição .....	281
25.7 Prescrição intercorrente.....	284
25.8 Imprescritibilidade das ações de ressarcimento .....	286
25.9 A Medida Provisória nº 703/2015.....	288

## COMENTÁRIOS AO ART. 26

<b>José Roberto Pimenta Oliveira .....</b>	<b>291</b>
26.1 Devido processo legal sancionatório e representação da pessoa jurídica acusada ...	291
26.2 Representação de entes privados personificados no processo administrativo de responsabilização (PAR).....	292
26.3 Representação de sociedades não personificadas no processo administrativo de responsabilização (PAR).....	293
26.4 Representação de sociedades estrangeiras que tenham filial, agência ou sucursal no território nacional, no processo administrativo de responsabilização (PAR).....	294
26.5 Representação de sociedades estrangeiras que não tenham filial, agência ou sucursal no território nacional, no processo administrativo de responsabilização (PAR).....	295

## COMENTÁRIOS AO ART. 27

<b>José Roberto Pimenta Oliveira .....</b>	<b>297</b>
27.1 Sistema constitucional geral de responsabilidade de agentes públicos no direito brasileiro: a superação da trilogia que não mais corresponde às estruturas de responsabilização previstas no ordenamento .....	297
27.2 Hipótese normativa com ampla abrangência material: a conduta funcional ilícita censurada na norma a ensejar responsabilização individual de agentes públicos ...	302
27.3 Pluralidade de categorias de agentes públicos envolvidos nos ilícitos referidos no art. 27 .....	304
27.4 Sistemas de responsabilização que poderão ser acionados em razão das práticas ilícitas referenciadas no art. 27 .....	305

## COMENTÁRIOS AO ART. 28

<b>Fabício Motta, Spiridon Nicofotis Anyfantis.....</b>	<b>307</b>
28.1 Noções sobre a aplicação da lei no espaço .....	307
28.2 A extraterritorialidade na Lei nº 12.846/2013 .....	309
28.3 Hipóteses de aplicação da Lei nº 12.846/2013 por fato ocorrido no estrangeiro.....	311
28.4 Quanto ao órgão responsável pelo julgamento .....	312

## COMENTÁRIOS AO ART. 29

<b>Thiago Marrara</b> .....	313
29.1 Aspectos gerais do art. 29.....	313
29.2 Configuração de corrupção como infração concorrencial.....	314
29.3 Sanções por infração concorrencial .....	316
29.4 Leniências na Lei Anticorrupção e na LDC.....	319
29.5 Compromisso de cessação de infração concorrencial.....	323

## COMENTÁRIOS AO ART. 30

<b>Wallace Paiva Martins Júnior</b> .....	327
30.1 Concorrência de esferas distintas de responsabilidades .....	327
30.2 Improbidade administrativa e atos lesivos à Administração Pública .....	329
30.3 Responsabilidade subjetiva de dirigentes e administradores da pessoa jurídica.....	333
30.4 Atos lesivos à Administração Pública e ilícitos contratuais.....	336

## COMENTÁRIOS AO ART. 31

<b>Maurício Zockun</b> .....	339
31.1 Vigência .....	339

SOBRE OS AUTORES.....	341
-----------------------	-----

## ANEXOS

Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 .....	345
Mensagem nº 314, de 1º de agosto de 2013 .....	351
Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.....	353
Medida Provisória nº 703, de 18 de dezembro de 2015.....	361
Portaria Interministerial CGU/AGU nº 2.278, de 15 de dezembro de 2016.....	363